



Novas regras dos manuais escolares

Estudo indica distanciamento entre Portugal e o resto da Europa. Texto de Ana Gomes

Muita tinta tem corrido sobre a qualidade dos manuais escolares. Sobre o peso

destes destas ferramentas pedagógicas nos orçamentos familiares. Sobre a sua certificação científica. O Observatório dos Recursos Educativos (ORE) elaborou um estudo comparativo entre o que se faz

por cá e lá fora. Tendo por base as novas regras definidas pela lei dos manuais escolares aprovada o ano passado, os responsáveis do ORE, Adalberto Dias de Carvalho e Nuno Fadigas elaboraram o estudo “O Manual Escolar no século XXI: estudo comparado da realidade portuguesa no contexto de alguns países europeus”. As conclusões apontam para um distanciamento do sistema agora em vigor em

Em mais de metade dos países analisados os manuais têm preços mais baixos do que por cá

Portugal face aos utilizados noutras países europeus e para uma excessiva intervenção do Estado na regulação dos manuais escolares, também em contracírculo com o resto da Europa.

“No caso português, em vez de se deixar a democracia funcionar na sua plenitude, há uma tendência exacerbada para o intervencionismo das instâncias centrais”, afirma Adalberto Dias de Carvalho.

À procura da gratuidade

Na maioria dos países, pelos menos nos primeiros degraus do ensino, os manuais são disponibilizados gratuitamente aos estudantes. Nos nove países analisados, a aquisição dos manuais é feita por:

- **Dinamarca, Suécia – Escolas**
- **Espanha – Famílias, ainda que os agregados mais carenciados beneficiem de gratuidade dos manuais escolares que é concretizada através da entrega de um cheque-livro.**
- **Finlândia, Noruega e Reino Unido – Escolas no 1º, 2º e 3º ciclos; Famílias no ensino secundário.**
- **França – Região.**
- **Itália – Região no 1º ciclo; Famílias no 2º e 3º ciclos e no ensino secundário.**
- **Portugal: Gratuidade dos manuais escolares no 1º ciclo, ainda que sem tradução prática; Famílias, ainda que a partir do ano lectivo de 2009-2010 os agregados mais carenciados venham a beneficiar de gratuidade dos manuais escolares.**

O responsável do ORE defende que o novo regime dos manuais escolares conduz a uma “liberdade de escolha mitigada”, apesar de reconhecer que muitas opções tomadas são fruto de “intenções válidas, como salvaguardar a qualidade dos manuais e o seu preço”. Os autores consideram ainda que existe em Portugal “uma falta objectiva de confiança na idoneidade das competências dos professores relativamente à análise e avaliação dos manuais escolares”.

Para chegar a estas conclusões, foram avaliados vários aspectos ligados à criação, avaliação, promoção, adopção e aquisição dos manuais escolares. Foram oito os países europeus seleccionados para este estudo comparativo: Espanha, França, Itália e Reino Unido – pela proximidade geográfica e cultural – e algumas nações do Norte da Europa com índices de desenvolvimento elevados em termos educacionais – Dinamarca, Finlândia, Suécia e Noruega.

O período de vigência dos manuais escolares foi um dos critérios em análise. Actualmente, em Portugal, todos os manuais têm uma “validade” de seis anos. Na maioria dos países que estiveram na mira do ORE “os prazos são variáveis, não havendo o preestabelecimento legal de um prazo fixo”. Só a Noruega e a Espanha acompanham Portugal ao estipular um período fixo de vigência. Adalberto Dias de Carvalho considera que esta medida está desajustada no tempo. Um tempo de revolução em curso no sector livreiro, com os suportes digitais e multimédia a revelarem as suas potencialidades no ensino graças às capacidades interactivas e de actualização permanente. Neste cenário, “ficar preso a uma determinada escolha pedagógica” pode ser uma desvantagem para os alunos, explica Adalberto Dias de Carvalho.

À semelhança do que acontece no resto da Europa, em Portugal são os professores que adoptam os manuais escolares e não qualquer outra entidade. As parecenças desaparecem por completo quando os autores analisam a regulação estatal dos aspectos físicos dos manuais escolares. “Portugal é o único em que o Estado se impõe na definição das características físicas dos manuais escolares”, lê-se no estudo.

Um estatuto de excepção que Portugal assume ainda quando os responsáveis do ORE fazem um levantamento dos sistemas de certificação científico-pedagógica que “passam” ou “chumbam” os manuais. Dos nove países analisados, Portugal é o único que tem um sistema de certificação prévia. Adalberto Dias de Carvalho considera que se trata de uma medida que “parte mais de pressupostos e preconceitos do que de factos”, tendo em conta que não existe qualquer prova de que o sistema de certificação conduza a uma melhoria da qualidade deste recurso educativo.

Portugal está ainda em minoria no grupo de países avaliado quanto à regulação dos preços dos manuais. Só a Itália também prevê que o governo determine os preços máximos dos livros escolares, embora restrinja esta medida ao ensino primário. Nos restantes países, cabe ao mercado regular os preços. Por cá, o Estado define um regime de preços convencionados quer para a escolaridade obrigatória quer para o ensino secundário. Apesar deste controlo dos preços, Adalberto Dias de Carvalho garante que, em mais de metade dos países analisados, onde é o mercado a ditar as regras, “os manuais têm preços mais baixos do que os nossos, em termos absolutos”. ●